

Dornelles comunica amanhã prorrogação ao FMI

BRASÍLIA — A necessidade de nova prorrogação do prazo de pagamento da dívida externa brasileira de curto prazo, no valor de US\$ 16 bilhões, será oficialmente comunicada amanhã ao Fundo Monetário Internacional e aos bancos credores pelo Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e pelo Presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber, simultaneamente.

Francisco Dornelles fará comunicação pessoalmente ao Diretor-Gerente do FMI, Jacques de la Rosière, que está de férias em Paris, enquanto Lemgruber terá encontro em Nova York com o Presidente do Comitê que assessora os bancos credores na negociação da dívida externa, William Rhodes.

O pedido de prorrogação só será formalizado, via telex, no dia 30, quando se encerra o prazo de 90 dias do último acordo, pelo qual os bancos credores concordaram em manter nas agência de bancos brasileiros no exterior aqueles depósitos de US\$ 16 bilhões, dos quais US\$ 10 bilhões referem-se as linhas de crédito comerciais e US\$ 6 bilhões a linhas de crédito interbancárias.

As linhas de crédito comerciais financiam as exportações e as importações brasileiras, enquanto as interbancárias financiam os débitos de empréstimos obtidos no exterior por empresas privadas e estatais.

Na linguagem técnica, as linhas de crédito comerciais de curto prazo correspondem ao "projeto 3" da "fase 1" da renegociação da dívida externa, datada de fevereiro de 1983, e são mantidas pelos banqueiros credores para a "rolagem das linhas de crédito de curto prazo destinadas à manutenção do fluxo normal das transações comerciais do País com o exterior". As linhas interbancárias correspondem ao "projeto 4", negociado na mesma data, para "manutenção dos depósitos interbancários nas agências de bancos brasileiros no exterior".

Na prática, esses depósitos representam o "capital de giro" do Brasil no exterior e, caso os banqueiros credores não concordem com a sua manutenção, o País terá que despendar este ano US\$ 16 bilhões para pagá-las, dinheiro que não dispõe em suas reservas, de US\$ 8,4 bilhões. Isso sem considerar o fato de que a não concordância dos bancos credores na prorrogação dessas linhas de crédito obrigaria o Brasil a pagar ainda este ano mais US\$ 8 bilhões referentes à dívida de longo prazo e significaria o fechamento das agências dos bancos brasileiros no exterior, ocorrência que o Presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, já caracterizou como "o caos total".

O prazo de 90 dias que os banqueiros deram ao Brasil no dia 30 de maio e que se encerra a 30 de agosto foi para permitir o acerto de um programa de ajustamento da economia brasileira aos termos exigidos pelo Fundo Monetário Internacional, os quais obrigam a uma política econômica austera de controle da inflação e cortes nos gastos públicos. O Presidente José Sarney decidiu rejeitar propostas que implicassem em recessão econômica e prolongar por mais tempo as negociações com o Fundo Monetário, tornando necessária nova prorrogação do acordo com os bancos para manutenção dos depósitos de curto prazo.

A tarefa do Ministro Francisco Dornelles amanhã em Paris é explicar ao Diretor-Gerente do FMI as razões pelas quais torna-se necessária a nova prorrogação, a fim de que Jacques de Larosière formalize, no próximo dia 30, via telex, a posição favorável do Fundo à prorrogação. O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, em Nova York, dará as mesmas explicações ao Comitê que assessora os bancos credores. E intenção de Lemgruber realizar uma reunião prévia, amanhã, com William Rhodes antes de participar, terça-feira, da reunião plenária com os 14 bancos que integram o comitê e que representam os 700 bancos aos quais o Brasil deve.